



PODER

Focos de resistência à PEC no Senado

Para críticos na Casa, proposta que adia o pagamento de precatórios, sob o pretexto de assistência social, promoverá um calote bilionário e beneficiará com recursos parlamentares bolsonaristas no ano eleitoral

» CRISTIANE NOBERTO
» LUANA PATRIOLINO
» RAPHAEL FELICE

Jefferson Rudy/Agência Senado



O senador Fabiano Contarato com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco: parlamentar capixaba já avisou que votará contra a PEC

A PEC dos Precatórios, aprovada pela Câmara dos Deputados, deve enfrentar resistência no Senado. A rejeição não é apenas nos partidos de oposição ao governo, mas entre siglas antes alinhadas ao Executivo, como MDB, Pros, PSDB e PSD, ao qual o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (MG), se filiou recentemente.

A base do governo atua para garantir o apoio de pelo menos 49 dos 81 senadores — o mínimo necessário para a aprovação da PEC, que tem de ocorrer em dois turnos. Na outra ponta, os parlamentares trabalham para barrar a proposta.

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) definiu a matéria como um calote bilionário nos cofres públicos e afirmou que não apoiará a proposta. “Sob o falso pretexto de garantir assistência aos mais pobres, empurrando a dívida para as futuras gerações, quando, na verdade, encherá os bolsos de parlamentares fiéis a Bolsonaro (presidente Jair Bolsonaro) em ano eleitoral”, criticou.

A senadora Leila Barros (Cidadania-DF) também se mostrou contrária à PEC. “Sou a favor da ajuda aos mais necessitados, mas totalmente contrária à proposta de subtrair direito adquirido para custear o programa e ampliar o recurso que existe no orçamento secreto”, comentou. “Existem alternativas mais justas e eficientes no orçamento, como o fim das emendas do relator.”

O senador José Aníbal (PSDB-SP) apresentou outra PEC que prevê R\$ 50 bilhões para o Auxílio Brasil e outros R\$ 26 bilhões

para que o governo possa empregar em eventuais rombos orçamentários. “Pode ser alternativa à do governo, que é péssima, estoura o teto de gastos, é uma irresponsabilidade total e dá calote nos precatórios”, disparou. “O Brasil está seguro com uma âncora, que é o teto de gastos que votamos em 2016. Sem essa âncora, vai bater nas pedras. Por outro lado, ainda dá calote nos precatórios. Eu recolhi mais de 30 assinaturas, já é um sinal de apoio.”

Trabalho

O senador ainda comentou que, na última terça-feira, recebeu em seu gabinete o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), com os senadores Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE), para tratar da matéria. O parlamentar já trabalha nos bastidores para que a proposta dele — ou alguma semelhante — prevaleça em relação à que passou na Câmara.

Na Casa há, porém, quem enxergue o objetivo da PEC de forma diferente. O senador Otto Alencar (PSD-BA), por exemplo, ainda que seja resistente, não é completamente contra o texto. Ele argumentou ser urgente uma medida para acabar com a miséria no país, e a proposta aprovada pela Câmara serviria de alívio aos mais necessitados. Contudo, para que vote a favor, disse ser necessária a exclusão de uma determinação específica do texto. “Eu sou municipalista. Quero

aprovar (a PEC) porque os municípios estão em uma situação ruim, e a barriga do povo brasileiro, seca”, afirmou. “O Auxílio Brasil veio tarde, mas eu conversei com o Fernando Bezerra e coloquei a condição de retirar essa gordura de R\$ 20 bilhões. Esse espaço de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões, querem usar para o botar na reeleição do Bolsonaro, o que é tarefa impossível, na minha opinião, já que Bolsonaro é um presidente despreparado”, enfatizou.



É péssima, estoura o teto de gastos, é uma irresponsabilidade total e dá calote nos precatórios”

José Aníbal (PSDB-SP), senador, sobre a PEC aprovada pela Câmara

Na avaliação de André César, cientista político e sócio da Hold Assessoria, o Senado tem suas próprias propostas para alimentar o Auxílio Brasil. Além disso, um dos principais freios pode ser Rodrigo Pacheco, que praticamente se tornou adversário de Bolsonaro na corrida pelo Planalto — ele ainda não formalizou a pré-candidatura. “Não é fácil passar. É um tema complexo e que foi aprovado com dificuldades na Câmara”, frisou.

Segundo o especialista, os artifícios utilizados para a aprovação na Câmara, como as emendas de relator (RP9), não serão os mesmos usados no Senado, pois Pacheco não tem interesse em avaliar propostas do chefe do Executivo. “Vai demorar a votar. Segura na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cria alguns instrumentos para paralisar. Enfim, não é tão simples para o Senado trabalhar a pauta”, destacou. “O problema do governo no Senado chama-se Rodrigo Pacheco, que pode, inclusive, ser vice na chapa do Lula.”

Subprocuradora aciona o TCU

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado acionou o Tribunal de Contas da União (TCU) para que a Corte identifique e afaste os “responsáveis”, no governo federal, pela execução das emendas do relator, as RP9, mecanismo do orçamento secreto — esquema de sustentação do governo Jair Bolsonaro no Congresso. Considerando a falta de transparência e de critério envolvendo os repasses, Furtado aponta “grave falha” na execução das emendas, destacando que os responsáveis por tal processo “deveriam ter se negado a praticar ou impedido” tais atos.

“Independentemente da forma como as emendas do relator foram aprovadas, caberia ao Poder Executivo, em face diretamente do princípio da impessoalidade, além de inúmeros outros acima já mencionados ou não, fixar critérios para ordenar, priorizar, divulgar e autorizar sua execução”, diz o subprocurador-geral.

Ele ainda pede que a Corte de contas identifique e faça sugestões ao Congresso Nacional para aprimorar o processo de aprovação das emendas do relator.

Sugere, também, que seja exigida justificativa para as emendas propostas, além da adoção e divulgação de critérios objetivos para a alocação dos recursos.

A representação foi elaborada após o Supremo Tribunal Federal (STF) ratificar, por 8 votos a dois, decisão da ministra Rosa Weber que suspendeu, integral e imediatamente, a distribuição de emendas de relator até o fim de 2021. Os valores destinados a essa modalidade neste ano somam R\$ 18,5 bilhões. Ainda foi determinado que o governo dê “ampla publicidade” aos ofícios encaminhados por parlamentares em 2020 e 2021 para alocação dos recursos em seus redutos eleitorais.

O subprocurador já havia acionado o TCU para apurar o orçamento secreto, mas sua representação foi arquivada em razão da existência de outro processo em curso na conta de contas, “com identidade de conteúdo e em fase mais adiantada de instrução”.

Furtado voltou a acionar a Corte por considerar que independentemente de os repasses terem se dado pela compra

TCU/Divulgação



Furtado pede à Corte que identifique e afaste os responsáveis no governo pela execução das RP9

de apoio político (o que ainda é apurado pelo TCU), a execução de parte substancial das verbas do orçamento sem qualquer transparência compromete ou inviabiliza o controle dos repasses, “constituindo motivo suficiente” para intervenção da Corte de contas, com a “identificação dos responsáveis e aplicação das sanções cabíveis, inclusive o afastamento do cargo”.

Ao solicitar o afastamento cautelar dos eventuais responsáveis

pela execução do orçamento secreto — a serem identificados pelo TCU —, Furtado aponta evidências de que eles podem retardar ou dificultar a ação da Corte de contas e ainda causar novos danos ao Erário.

Na avaliação dele, os responsáveis pela execução do orçamento da União foram omissos das orientações da Lei de Diretrizes Orçamentárias — norma

— de 2020. Segundo o subprocurador, a criação de mecanismos previstos em tal lei “já representaria um importante passo para impedir o uso indevido das emendas do relator”.

Conforme Furtado, “a omissão quanto a providências tão elementares se torna ainda mais grave quando se verifica que converge com o suposto interesse de autoridades do governo federal na instituição e manutenção de um balcão de

Prévia divulgação

A indicação está ligada a dispositivo da LDO de 2020 que estabelece que a execução de repasses que “não identifiquem nominalmente a localidade beneficiada, inclusive aquelas destinadas genericamente a Estado” é condicionada à prévia divulgação, na internet, “dos critérios de distribuição dos recursos, considerando os indicadores socioeconômicos da população beneficiada pela política pública”.

negócios junto a parlamentares pouco escrupulosos”.

De acordo com o subprocurador-geral, a falta de transparência na alocação dos recursos “fere não só princípios do direito administrativo, do direito financeiro e do direito constitucional, como a moralidade, a formalidade, a publicidade, a supremacia do interesse público, mas também princípios integradores da própria República e do Estado democrático de direito”, ressaltou.